▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 070 /2023/SML/PVH.

PROC. ADMINISTRATIVO N. 00600-00015658/2022-61-e

FG TECNOCENTER SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. já devidamente qualificado no pregão eletrônico supracitado, por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar recurso hierárquico, contra a decisão que declarou vencedor o licitante RENAN DA SILVA MACHADO – MEI, pelas seguintes razões de fato e de direito.

Em análise quanto o enquadramento do licitante RENAN DA SILVA MACHADO – MEI, já na primeira análise é possível verificar que não há previsão no edital que permita a sua participação.

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 3º é de clareza meridiana quanto aos princípios de que devem ser observados no procedimento licitatório, transcreve-se:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifou-se)

No caso em estudo a empresa recorrida não pode ser declarada vencedora por não preencher os requisitos do Edital Convocatório n. 070/2023/SML/PVH, pois o Edital é silente quanto a participação de MEI, bem como, os requisitos a serem preenchidos para sua habilitação.

A recorrida é uma MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, e o edital não prevê a sua participação, bem como, as condições de sua habilitação.

Portanto, afronta diretamente o art. 3º da Lei N. 8.666/93, como ensina, José dos Santos Carvalho Filho, a saber:

No campo das licitações, o princípio da legalidade impõe, principalmente, que o administrador observe as regras que a lei traçou para o procedimento. É a aplicação do devido processo legal, segundo o qual se exige que a Administração escolha a modalidade certa; que seja bem clara quanto aos critérios seletivos; que só deixe de realizar a licitação nos casos permitidos na lei; que verifique, com cuidado, os requisitos de habilitação dos candidatos, e, enfim, que se disponha a alcançar os objetivos colimados, seguindo os passos dos mandamentos legais. [...]

O princípio da igualdade, ou isonomia, tem sua origem no art. 5o da CF, como direito fundamental, e indica que a Administração deve dispensar idêntico tratamento a todos os administrados que se encontrem na mesma situação jurídica. Ao tratar da obrigatoriedade da licitação, a Constituição, de forma expressa, assegurou no art. 37, XXI, que o procedimento deve assegurar “igualdade de condições a todos os concorrentes”. Portanto, as linhas marcantes do princípio são de índole constitucional. [...]

Tal princípio decorre da própria natureza da licitação como procedimento vinculado e, portanto, insuscetível de mutações pela Administração. O princípio da vinculação obriga a Administração a observar suas próprias normas, o mesmo ocorrendo com os participantes. Além disso, impede que surjam surpresas para os licitantes, prejudicando o caráter competitivo do procedimento. Trata-se, assim, de elemento garantidor da lisura do certame.

Tal princípio decorre da própria natureza da licitação como procedimento vinculado e, portanto, insuscetível de mutações pela Administração. O princípio da vinculação obriga a Administração a observar suas próprias normas, o mesmo ocorrendo com os participantes. Além disso, impede que surjam surpresas para os licitantes, prejudicando o caráter competitivo do procedimento. Trata-se, assim, de elemento garantidor da lisura do certame. [...]

O princípio do julgamento objetivo é corolário do princípio da vinculação ao edital. Consiste em que os critérios e fatores seletivos previstos no edital devem ser inafastavelmente adotados para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da licitação e julgamentos ditados por gosto pessoal ou favorecimentos.

O sentido do postulado abrange basicamente os critérios de julgamento (art. 33, Estatuto). De fato, se o edital prevê a seleção pelo critério do menor preço, não pode o administrador substituí-lo pelo de melhor técnica, e vice-versa.

(FILHO, José dos Santos C. Manual de Direito Administrativo. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book.ISBN 9786559771837. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>. Acesso em: 02 jun. 2023.)

O Edital não traz qualquer orientação quanto a participação do MEI e os documentos necessária a ser apresentados, antes do início do pregão nos termos do art. 8.1, ato convocatório.

Por sua vez o tem 8.3 do edital prevê que o concorrente poderá deixar apresentar os documentos de habilitação desde que constem do SICAF ou SISCAF.

Sendo a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, detentora de condição especial tratada pelo Lei Complementar n. 123/2006, trouxe o edital de forma clara os documentos a serem necessários a suas qualificações, transcreve-se:

6. DA QUALIFICAÇÃO DAS ME/EPP

6.1. As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos.

6.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá assinalar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 49 da mesma Lei, para fazer jus aos benefícios previstos, conforme disposto no item 5.2 do Edital.

6.3. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

Na inexistência de regras a sua participação e tendo a intenção de participar do certame devia RENAN DA SILVA MACHADO – MEI, impetrar a impugnação ao edital para ter direito de participar do certame.

O que não foi feito.

Ainda, a recorrida, sabidamente, intentou em uma licitação como valor duas vezes maior que sua possibilidade de faturamento anual, o que por si só a exclui do certame.

Ademais, como pode ser visto em uma breve consulta ao sítio da receita federal ou ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, a recorrida agiu de má-fé, deixando de apresentar os documentos necessários a habilitação no prazo fixado no edital, quando no curso do pregão e já passada a fase de entrega dos documentos, fez o reenquadramento da empresa para empresa de pequeno porte.

Logo, é clara a má fé da recorrida, bem como o descumprimento dos princípios esculpidos nos atr. 3º da Lei 8.666/93, ainda, os princípios norteadores da administração pública, art. 37 da Constituição Republicana/88, transcreve-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, a manutenção da declaração de vencedores as propostas mais bem classificadas como a apresentada por RENAN DA SILVA MACHADO – MEI, está ao arrepio da lei, bem como de todos os princípios constitucionais e da própria lei de licitações.

Portanto, outra sorte não resta. Devendo a ser reformado o resultado do pregão para declarar a empresa RENAN DA SILVA MACHADO – MEI, desqualificada, pela falta de previsão legal no edital que permita a sua participação. Seja pela falta de previsão legal quanto a participação de uma MEI, seja por não ter apresentado os documentos referentes a Empresa de Pequeno Porte.

Fechar